



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 6 N.9 Setembro de 2017

**A JUVENTUDE PARAENSE NO MERCADO DE TRABALHO:
CARACTERÍSTICAS GERAIS**

**João Gustavo Loureiro
Mariza Mathis
Márcia de Lima Pereira Couto
Mariana Nascimento Oliveira
José Raimundo Barreto Trindade**

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará
Periodicidade Mensal – Volume 6 – N° 09 – Setembro de 2017 (Especial V Seminário Amazônia)

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Rômulo Simões Angélica

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado e Doutorado em Economia: Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial

Armando Lírio de Souza

Marcelo Bentes Diniz

Ricardo Bruno dos Santos

Francisco de Assis Costa

José Raimundo Trindade

**Danilo de Araújo
Fernandes**

Gilberto de Souza Marques

Sérgio Luis Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz



Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

Este número especial deve-se ao V Seminário Amazônias realizado no período de 20 a 22 de setembro de 2016, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) e Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), os artigos publicados foram selecionados para participação no referido seminário.

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail: jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <https://goo.gl/UuiC84>

Portal de Periódicos CAPES: <https://goo.gl/tTKEB4>

A JUVENTUDE PARAENSE NO MERCADO DE TRABALHO: CARACTERÍSTICAS GERAIS¹

João Gustavo Loureiro²
Mariza Mathis³
Márcia de Lima Pereira Couto⁴
Mariana Nascimento Oliveira⁵
José Raimundo Trindade⁶

RESUMO

As mudanças na estrutura produtiva e a própria reorganização da atividade econômica no Brasil gerou como elemento geral profundas alterações no mercado de trabalho, que embora a partir dos anos 2000 tenha iniciado um período com sinais de melhorias em termos do cenário vivenciado na década anterior, persistem enormes desafios que marcam não apenas a realidade nacional, regional, estadual e mesmo uma preocupação mundial: a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A partir dessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo apresentar as características da inserção dos jovens no mercado de trabalho do Brasil e do estado do Pará, a partir da construção metodológica baseada na análise de estatísticas descritivas de emprego e renda, obtidas nos órgãos e institutos de pesquisa oficiais. Os primeiros resultados apontam, por exemplo, um declínio em termos de taxa de ocupação dos jovens, predomínio de jovens ocupados com ensino médio completo e do sexo masculino, tendência crescente nos níveis de formalização, mais também salários relativamente baixos comparados às pessoas em idade adulta, denotando, sobretudo, a urgente necessidade de políticas que se voltem para esses trabalhadores de maneira específica e que se atente para as diversas realidades do país, como é o caso do estado do Pará.

Palavras-chave: Juventude; Mercado de trabalho; Marxismo.

ABSTRACT

The changes in the productive structure and the reorganization of economic activity in Brazil gave rise to profound changes in the labor market, which, although starting in the 2000s, started a period with signs of improvement in terms of the scenario experienced in the previous decade, there remain enormous challenges that mark not only the national, regional, state and even global concern: the insertion of young people in the labor market. From this perspective, this work aims to present the characteristics of the insertion of young people in the labor market of Brazil and the state of Pará, based on the methodological construction based on the analysis of descriptive statistics of employment and income, obtained in the organs and institutes of official research. The first results point, for example, to a decline in the employment rate of young people, a predominance of employed young people with complete secondary education and men, a growing trend in formalization levels, as well as relatively low wages compared to adults, denoting, above all, the urgent need for policies that turn to these workers in a specific way and that is attentive to the different realities of the country, as is the case of the state of Pará.

Keywords: Youth; Job market; Marxism.

¹ Este artigo foi produzido com apoio do projeto de pesquisa e extensão Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), financiado pelo Ministério do Trabalho e UFPA/PIBIC.

² Graduando em Ciências Econômicas – UFPA. Bolsista de Iniciação Científica – Observatório do Mercado de Trabalho do Pará. E-mail: gustavoloureiro@gmail.com

³ Bacharel em Ciências Econômicas – UFPA. Bolsista de Iniciação Científica – Observatório do Mercado de Trabalho do Pará e Mestranda em Economia pela PUC/SP. E-mail: mariza_mathis@hotmail.com

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia. PPGE /UFPA. Professora da Unidade Acadêmica de Economia - UAECOM (UFPA). E-mail: marcialpbr@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia. E-mail: mariana.oliveira.2@hotmail.com

⁶ Professor do Programa de Pós-graduação em Economia e Coordenador do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho. E-mail: jrtrindade@uol.com.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO ASSALARIADAS E A DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	9
3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO DA JUVENTUDE NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o capitalismo passa por mudanças cruciais, seja na ordem econômica internacional, com a formação de circuitos de acumulação em todo planeta, seja com alterações nos próprios processos de trabalho: novas práticas de gestão e organização produtiva, além do uso de tecnologias flexíveis e, principalmente, uma crescente desregulamentação das relações de assalariamento ao nível internacional e nacional. Em diversos países observou-se a reestruturação produtiva, industrial e espacial como parte das estratégias empresariais de adequação à crise do padrão de acumulação assentado no pós-guerra (fordismo) e a insurgência de um regime de “acumulação flexível”, pautado em uma “nova racionalização econômica” que ensejou uma “crescente insegurança” no mundo do trabalho⁷ e a crescente flexibilização tanto na jornada de trabalho, quanto salarial.

No caso brasileiro as recentes alterações aprovadas no Congresso Nacional e regulamentadas pelo governo Temer na forma da Lei 13.467/2016, estabelecem um novo marco regulatório sobre o mercado de trabalho, intensificando as condições de exploração da força de trabalho e definem um padrão de plena generalidade de condições de precarização das relações de trabalho, o que suscita novas preocupações e problemas a serem tratados, considerando que o mercado de trabalho brasileiro já dispunha de uma flexibilidade estrutural, o que se terá pode levar a um aprofundamento sem precedentes das formas de superexploração.

Muito especialmente os impactos sobre a força de trabalho juvenil se reveste de diversas nuances e aspectos fundamentais, desde as alterações demográficas que determinam a maior ou menor participação de trabalhadores jovens na População Economicamente Ativa (PEA), nas condições de escolarização que podem reter por maior ou menor tempo a entrada no mercado de trabalho, até os ciclos econômicos que impulsionam os jovens a buscarem um emprego.

Desta forma, as questões do trabalho no Brasil nos últimos anos tem se tornado cada vez mais discutidas e questionadas quanto à capacidade de gerar novos empregos para a juventude e qual a qualidade destes. Analisar e discutir as características e evolução do pessoal ocupado, procurando canalizar o enfoque quanto às faixas etárias e a juventude, forma importante objeto de estudo na busca da identificação das condições de trabalho e da

⁷ A bibliografia que trata das alterações no regime de assalariamento ao nível brasileiro e global é variada, podemos citar a título de ilustração os seguintes trabalhos: Mattoso (1995); Oliveira et al.(1996); Trindade (2001); Alves (2009); DIEESE (2008); Braga (2012); Harvey (2010); Dal Rosso (2017); Pochmann & Moraes (2017).

representatividade desta dimensão de análise no mercado de trabalho brasileiro. Ademais, o refinamento do conhecimento teórico e empírico desta temática laboral consolida bases para auxiliar a formulação e execução de políticas públicas do emprego e renda voltadas à juventude brasileira.

O contexto internacional, marcado por aquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza como uma “crise do emprego juvenil” – cujos aspectos mais marcantes são a existência de 73 milhões de jovens desempregados no mundo e de outros 200 milhões cujo trabalho não gera renda suficiente para superar a situação de pobreza – aumenta a importância de diagnósticos acurados que contribuam para a compreensão da singularidade da experiência brasileira e, no caso especial deste trabalho, paraense (CORSEUIL e BOTELHO, 2014).

Alguns dados preliminares, porém relevantes, corroboraram a necessidade de estudos da juventude e das faixas etárias mediante a dinâmica vivenciada no mercado de trabalho nacional e regional. Por exemplo, no ano de 2014, no Estado do Pará, os jovens de 15 a 29 anos representaram 31% da força de trabalho total, atribuindo-se a esta categoria uma pequena taxa de analfabetismo de 2%. (RAIS-MTE). Entretanto, no mesmo ano, a faixa de remuneração que mais jovens abarca é a de 1,01 a 1,5 salários mínimos, representando os rendimentos de 47% dos jovens empregados. Vale destacar ainda que o setor que mais emprega jovens é o Comércio (30,74%), seguido do setor de Serviços (23,91%) e Administração Pública (15,99%), também no ano de 2014, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outra importante temática que merece destaque neste trabalho é a questão da informalidade e do trabalho decente na juventude. O debate vem ganhando força ao longo dos anos e tem como órgão representante a Agência Nacional de Trabalho Decente para Juventude, a qual tem como pano de fundo três pressupostos:

- (i) a noção de que o trabalho decente é fundamental para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável; (ii) a existência de uma heterogeneidade das condições juvenis, que variam de acordo com gênero, raça, etnia, condição social, local de moradia, entre outros atributos do/da jovem; e (iii) a clareza de que os documentos construídos a partir de consenso pelos membros do Subcomitê, tais como a Agenda Nacional do Trabalho Decente da Juventude e o Plano Nacional que está em elaboração, constituem-se em resultados possíveis da interação tripartite (SILVA *et al*, 2015).

Dentro desta discussão, é latente que a diversidade de juventudes (condição social, raça, gênero e qualificação profissional) reflete-se em desigualdades na inserção do indivíduo

no mercado de trabalho e na qualidade do emprego por ele ocupado. Em pesquisa realizada pelo Subcomitê da ANTDJ, as principais sugestões levantadas como possíveis soluções da diminuição do desemprego e informalidade juvenil, assim como promoção de expectativas futuras otimistas aos jovens, foram: (i) desenvolvimento de políticas públicas; (ii) desenvolvimento de estudos e pesquisas; (iii) diálogo social, (iv) controle Social; (v) capacitação (vi) ações de mobilização e organização das categorias; e (vii) ampliação de direitos (SILVA et al, 2015).

Com base nos elementos expostos, o objetivo deste artigo consiste em apresentar as características gerais dos jovens inseridos no mercado de trabalho do Brasil e do Pará, buscando apresentar nessa perspectiva dados como: rendimentos, escolaridade, participação por gênero, taxa de ocupação, ocupação por setores e ocupação por categoria de emprego, considerando para efeito de análise aqueles que tem de 10 a 29 anos de idade, uma vez que os mesmos apresentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, principalmente diante de um cenário de maiores exigências técnicas e redução da oferta dessas capacitações por parte do Estado.

Para alcançar tal objetivo, a construção metodológica adotada no trabalho envolve componentes tanto quantitativos quanto qualitativos. Para tal, realizou-se levantamento bibliográfico para organização de referencial teórico específico acerca do mercado de trabalho brasileiro e da temática juventude. Com vistas a subsidiar, empiricamente, o arcabouço teórico, elaborando estatísticas descritivas, utilizou-se de bases de dados disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), além do apoio dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) e dos Censos Demográficos.

Além desta introdução, o presente trabalho possui mais duas seções, construídas da seguinte forma: a seção dois discute as relações de trabalho na perspectiva marxista e na seção três apresenta-se uma caracterização do emprego na juventude, ocupando-se da inter-relação do emprego e elementos que caracterizam os jovens participantes do mercado de trabalho no Brasil e no estado do Pará, análise cotejada a luz dos aspectos teóricos tratados na seção anterior; por fim, são apresentas as considerações finais.

2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO ASSALARIADAS E A DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A compreensão das relações de trabalho da juventude no período recente requer a retomada do debate sobre o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, uma vez que o capitalismo apresenta estruturalmente a lógica de reprodução econômica baseada na chamada superpopulação relativa, ou seja, não se desenvolve absorvendo a massa de trabalhadores livres de maneira integral e sim gerando um exército industrial de reserva que funciona em grande medida como fator de pressão sobre o exército de trabalhadores na ativa, pressionado tanto as taxas médias salariais para baixo, como estabelecendo condições sociais que impulsionam os trabalhadores na ativa a intensificarem seu processo de trabalho e, portanto, garantindo a expansão da produção de valor⁸.

Dessa maneira, para Marx o desemprego constitui aspecto inerente ao próprio modo de produção capitalista e para explicitar como se dá o processo de flutuação do emprego, ele parte do entendimento sobre a composição do capital, segundo o valor (capital constante e capital variável) e segundo a matéria (meios de produção e força de trabalho) e a forma pela qual o processo de acumulação influencia as relações de trabalho. (MARX, 2013; HARVEY, 2013).

No processo produtivo capitalista, a elevação da composição orgânica do capital faz com que a expansão do capital constante - meios de produção (trabalho morto) - ocorra relativamente mais rápido que a expansão do capital variável – aluguel de força de trabalho (trabalho vivo) -, objetivando sempre maior produtividade e menores custos relativos com salários. Essa necessidade relativamente menor de trabalhadores provoca uma elevação na quantidade de trabalhadores dispostos a trabalhar, mas sem emprego, em relação ao total de trabalhadores ocupados. Ficando evidente, que no modo de produção capitalista de forma geral, quanto mais riqueza é gerada maior o número absoluto de pessoas empregadas, porém relativamente maior o exército industrial de reserva, ou seja, parte da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra na condição de sem emprego ou somente parcialmente empregada. É nesse aspecto que Teixeira (1998), afirma que “o capitalismo deve ser vivido como sistema gerador de desemprego e de exploração”, sem descurar que a sua totalidade se resolve na produção da riqueza desigualmente distribuída e na interação entre

⁸ Os dois mecanismos centrais de produção de valor adicionado e apropriado pelos capitalistas são a de mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Nos dois casos a exploração se expressa como tempo adicional ao tempo necessário a reprodução do próprio trabalhador. Na forma absoluta a extensão da jornada ou a intensificação do processo de trabalho possibilitam a efetivação daquela condição; na forma mais-valia relativa o mecanismo se dá pela diminuição do tempo de trabalho necessário via técnica de barateamento do valor da força de trabalho.

conflito e cooperação produtiva, inclusive, o que é central para nosso estudo, com sua dinâmica espacialmente estruturada.

Esse crescimento relativamente maior do capital constante em relação ao capital variável ocorre devido a necessidade do capital de diminuir os seus custos com mão de obra, mantendo ou até ampliando seu nível de produção, para isso, os capitalistas realizam investimento no desenvolvimento de novas técnicas e novas tecnologias que possibilite com que se eleve a produtividade do trabalho. Dessa forma, a população trabalhadora apresenta um crescimento mais rápido que o crescimento do capital variável, configurando um excedente de trabalhadores sem emprego, os quais compõem o que Marx chamou de Superpopulação Relativa ou Exército Industrial de Reserva, para ele “a grandeza do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza” (MARX, 2013, p. 723).

Considerando, a princípio, como inalterada a composição orgânica do capital, a condição necessária para sua ampliação é um crescimento concomitante de suas partes constitutivas: capital constante e variável. Então, no processo de reprodução ampliada do capital, pressupõe-se que uma parte da mais-valia é adicionada ao capital original a cada ano, o que implica na ampliação do capital já empregado, o que promove ao capitalista um enriquecimento cada vez mais elevado, por exemplo, através de novos e consecutivos investimentos, provocando, por sua vez, súbita ampliação da acumulação de capital, que, nestas condições, pode se elevar a um patamar no qual a oferta de força de trabalho seja inferior a quantidade demandada, provocando uma elevação nos salários.

Convém destacar que a incorporação de força de trabalho de maneira continuada ao processo produtivo só ocorre pela capacidade do trabalho vivo de valorizar o capital, ao produzir valor adicional além daquele que reproduz e paga seu próprio salário (valor monetário da força de trabalho). Assim, a utilização da força de trabalho no processo produtivo não ocorre para satisfazer certas necessidades sociais e sim para que sejam produzidas mercadorias cujo valor seja superior ao que foi pago para a utilização da mesma.

Se num primeiro momento quando se considera inalterada a composição orgânica do capital, pode-se ter uma elevação salarial, cabe frisar, conforme Marx, que este processo avança e atinge uma outra fase, caracterizada principalmente pelo desenvolvimento da produtividade social, que amplia ainda mais a acumulação de capital, provocando variações na composição deste e que pode elevar o grau de produtividade do trabalho⁹, o capitalista

⁹Existe uma tendência do aumento gradual da composição técnica por meio de inovações no conceito técnico da produção ou de desenvolvimento de novas tecnologias que permitem que a cada vez menores massas de força de trabalho sejam empregadas. Dessa forma, a produtividade que antes era ampliada por meio da mais valia

pode reduzir seus gastos com força de trabalho ou capital variável, já que, teria garantida a acumulação mantendo agora menor volume de mão de obra empregada e que é capaz de produzir um maior número de mercadorias, ou seja, tem-se uma modificação na composição técnica do capital, uma vez que a parte constante do capital é acrescida de valor, isso em termos comparativos com a parte variável. (MARX, 2013).

Além disso, o acúmulo de capital conduz a um novo processo de acumulação, gerando concentração de riquezas nas mãos de capitalistas individuais, distanciando ainda mais a condição entre capitalistas e trabalhadores e a própria busca por mais capital ao promover a exacerbação da concorrência, promove a busca pelo barateamento das mercadorias, o que pode levar ao declínio dos capitais maiores em relação aos menores, denotando o chamado processo de centralização de capitais, que ao reforçar e ampliar os efeitos da acumulação promove efeitos consideráveis na composição técnica do capital, que ao tornar declinante a parte variável em relação à constante, diminuindo a demanda relativa de trabalho. (MARX, 2013, p. 198).

Desse modo, o modo de produção capitalista produz constantemente uma população adicional de trabalhadores, supérflua ou subsidiária, em virtude de não ser plenamente aproveitada pelo capital, denominados “Exército Industrial de Reserva”, denotando que exista uma massa de trabalhadores à disposição para ser chamada no processo produtivo, caso necessário, sem que o ritmo de produção seja afetado.

De maneira complementar e como forma de tornar explícita a condição relevante do Exército Industrial de Reserva, Harvey (2013, p. 264) destaca que:

... é colocado na produção e, em seguida, retirado em movimentos alternados, criando um movimento cíclico no mercado de trabalho...a existência dessa superpopulação excedente relativa resulta normalmente em sobretrabalho para aqueles que estão empregados, uma vez que podem ser ameaçados de demissão se não trabalharem além da jornada aceita e não aceitarem aumentar a intensidade de trabalho... o impacto sobre os salários é também significativo. Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva.

De maneira complementar, convém destacar também que a inserção da população mais jovem e feminina no processo produtivo se constitui em um dos elementos fundamentais para o processo de acumulação capitalista, tendo em vista que a mudança na composição do trabalho nos primeiros estágios do capitalismo ocorre necessariamente com a própria

absoluta, tem como novo impulso a inovação, cujo efeito é a aceleração do processo de acumulação e expansão da superpopulação relativa.

Revolução Industrial no século XVIII e, segundo Marx, a introdução da máquina-ferramenta foi o ponto de partida para uma produção mecanizada, e assim o esforço físico despendido pelos trabalhadores do sexo masculino em atividades artesanais ou manufatureiras era agora parcialmente substituído pelas máquinas, dirigidas pela maleabilidade do trabalho feminino e infantil. Vale observar que as condições de vida média da população trabalhadora está submetida a partir da generalização do sistema mercantil a um novo e elevado grau de monetarização que exige da família trabalhadora a mobilização de todos seus componentes, o que leva ao envolvimento até mesmo das crianças no processo de trabalho:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (MARX, 2013 p. 23).

Cabe ressaltar que Marx destaca ainda que a condição de flexibilização do trabalho nesse período teve como base a precarização e a desvalorização do valor trabalho, tendo em vista que a inserção de mulheres e de crianças nos processos produtivos pressionou os salários abaixo do valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, promoveu um aumento do grau de exploração do trabalho¹⁰, como forma de permitir uma redução do preço das mercadorias, e taxas de lucro extraordinárias para os capitalistas. Muitas crianças, menores de 13 anos, foram forçadas a trabalharem ao lado dos trabalhadores adultos nas fábricas, portanto, a força de trabalho se tornava cada vez mais jovem, feminina e submetida a intensas jornadas de trabalho.

Convém observar que a crescente população juvenil subordinada às relações de produção, ensejava nos processos iniciais do desenvolvimento capitalista, formas de aprendizagem oriundas ainda das corporações de ofício, portanto a aprendizagem na própria oficina foram os mecanismos de qualificação iniciais que antecipam o surgimento dos liceus de ofício e o sistema moderno de tecnificação da escolarização.

Historicamente, ao longo do último século, tanto resultante das lutas sociais dos trabalhadores, como do crescimento da produtividade do trabalho, observa-se uma paulatina alteração na participação juvenil no mercado de trabalho nos países centrais do capitalismo, inclusive quanto aos aspectos de qualidade na sua inserção no mercado de trabalho, porém, como indicam os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), observa-se nas

¹⁰ O número de trabalhadores aumentou muito, porque se substituiu cada vez mais trabalho masculino por feminino e sobretudo trabalho adulto por infantil. [...] Os labores domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar, etc., precisam ser substituídos pela compra de mercadorias prontas. [...] Os custos de produção da família operária crescem, portanto, contrabalançam a receita suplementa (MARX, p.23, 1984).

últimas décadas alterações negativas em todo o planeta, assim os “jovens confrontam-se com uma diversidade de constrangimentos nas questões de emprego: maior taxa de desemprego do que os adultos; subemprego; empregos de pouca qualidade”. Segundo a referida instituição dos “estimados 201 milhões de desempregados a nível mundial, mais de 36% – ou cerca de 73 milhões – são jovens entre os 15 e os 24 anos de idade” (CORBANESE V. & ROSAS G., 2013).

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO DA JUVENTUDE NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ

A juventude caracteriza-se como o período da vida em que o indivíduo inicia certo planejamento a respeito de sua posição econômica e laboral no futuro. É o momento em que começam a se pensar as decisões a respeito do que cursar no ensino técnico/tecnológico, superior ou mesmo em qual posição se inserir no mercado de trabalho. Como nota Pochmann (2000, p. 10) a “juventude torna-se assim uma condição de vida que é a referência do estágio de desenvolvimento de uma sociedade”, o que estabelece a preocupação necessária com as condições sociais e econômicas nas quais esta população encontra-se inserida.

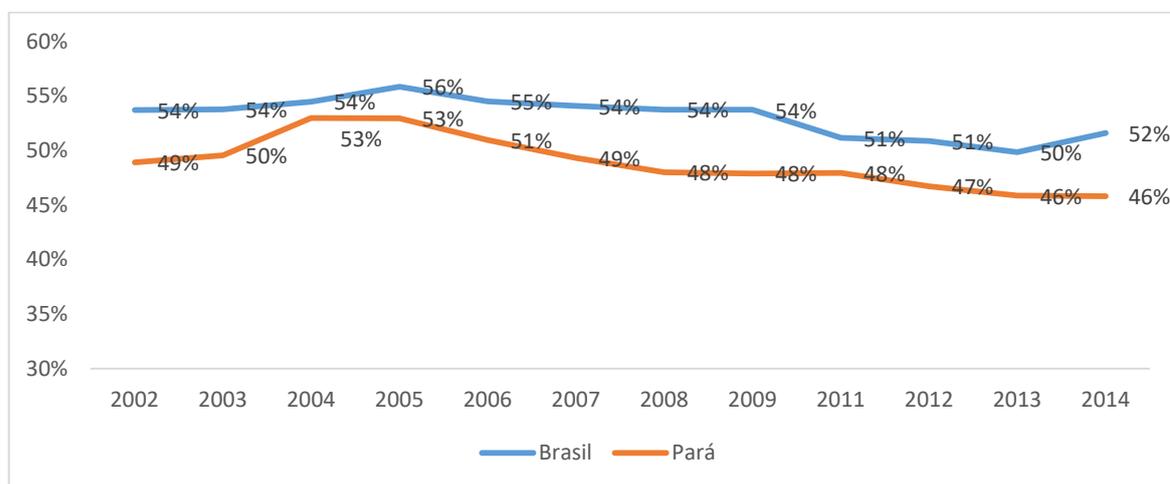
A juventude é um tempo de formação, tanto necessária ao estabelecimento das condições individuais de reprodução e vida, quanto e principalmente, social ou coletivo. Assim, a capacidade produtiva e interativa social requer que o tempo de juventude seja destinado a qualificação profissional, mas sobretudo ao exercício de formação pessoal. Entretanto, como afirma Venturi & Torini (2014):

A crise global de emprego agravou a vulnerabilidade dos jovens em termos de: i) aumento do desemprego, sub-emprego e condições precárias de inserção no mercado de trabalho; ii) empregos de menor qualidade para aqueles que encontram trabalho, iii) maior desigualdade no mercado de trabalho entre os diferentes grupos de jovens, iv) transições da escola para o trabalho mais longas e inseguras, e v) afastamentos prolongados do mercado de trabalho.

Esta dinâmica recente evidencia os desafios postos aos jovens neste processo de inserção e permanência no mercado de trabalho não somente em nível global, mas também brasileiro. Mesmo com mudanças positivas neste cenário ao longo dos anos mais recentes (2004/2014), porém fatores como a grande quantidade de jovens que sofre pela inatividade, desemprego e informalidade são aspectos que devem ser ressaltados e considerando os ciclos conjunturais temos um acelerado agravamento nos últimos anos da serie analisada.

Considerando-se inicialmente a taxa de ocupação dos jovens (10 a 29 anos) no estado do Pará e no Brasil, no período que compreende os anos de 2002 a 2014 e observando primeiro o Brasil, verifica-se uma elevação na taxa de ocupação dos jovens em relação ao ano de 2002, atingindo 56% do total dos jovens em 2005 e tornando-se declinante a partir deste ano, fechando o período observado com uma taxa de 52%. Para o estado do Pará, constata-se uma tendência ascendente, atingindo maior percentual nos anos de 2004 e 2005 (53%), declinando em seguida e atingindo 46% de ocupação da população jovem no último ano da série, denotando uma taxa de ocupação para o estado inferior à do país em todo o período observado.

Gráfico 1: Taxa de ocupação dos jovens de 10 a 29 anos – Brasil e Pará – 2002 a 2014

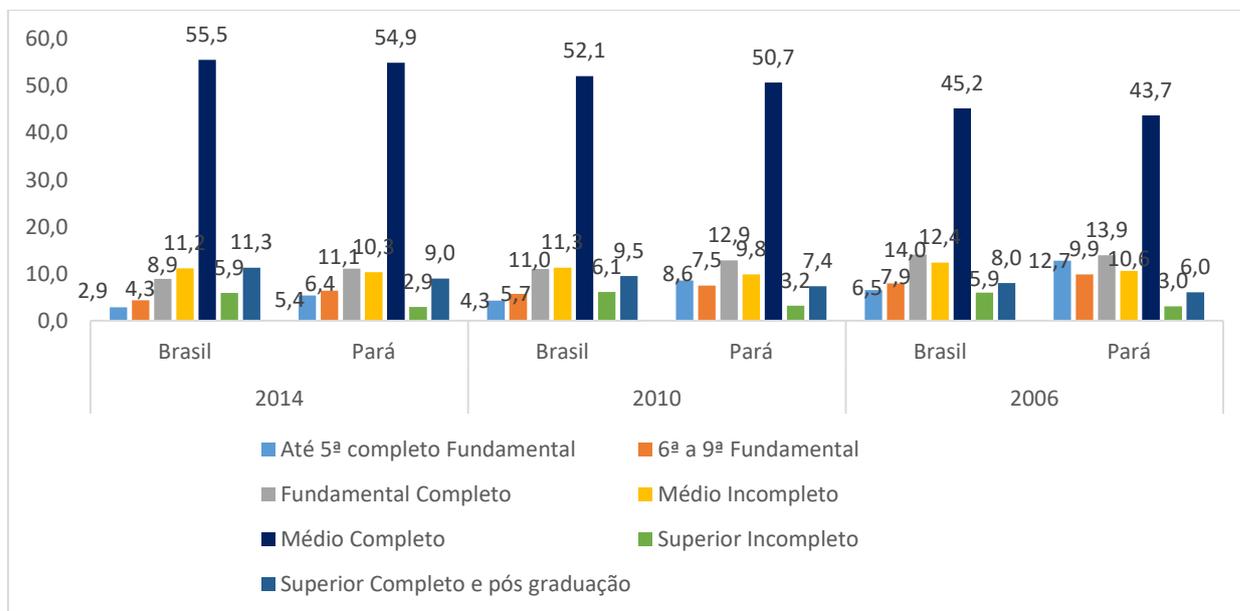


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA – IBGE.

Com relação à escolaridade, conforme expõe o gráfico 2, verifica-se que a maior parte dos jovens inseridos em uma ocupação formal no Brasil e no Pará possuem ensino médio incompleto ou completo, seguido daqueles que possuem fundamental completo. Um aspecto que pode ser destacado para os três anos observados é que nas faixas mais baixas de escolaridade, o Pará apresenta representação ligeiramente maior em termos percentuais de jovens ocupados em relação ao Brasil, ao passo que os jovens com superior incompleto e completo ou pós-graduados tem maior representatividade para a média do Brasil do que para o Estado, embora para esta última faixa de escolaridade, tenha crescido o número de jovens paraenses ocupados formalmente. Evidencia-se, então, além da menor taxa de ocupação dos jovens paraenses, seu menor nível de qualificação educacional quando empregados. Os dados mostram que se necessita permanecer as políticas de qualificação direcionada e, inclusive, de

escolarização tardia, pontos imprescindíveis para se superar os números ainda muito elevados da população jovem com baixíssima escolaridade (até 5º ano completo).

Gráfico 2: Distribuição percentual dos jovens entre 10 e 29 anos ocupados no emprego formal por nível de escolaridade – Brasil e Pará (2014, 2010 e 2006)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTPS.

Em termos de distribuição dos trabalhadores jovens ocupados por sexo, destaca-se conforme Tabela 1, o predomínio de pessoas do sexo masculino, tanto para o Brasil quanto para o Estado do Pará, tendência que, embora para os anos observados tenha sido ligeiramente declinante, ainda é bastante elevada em relação a participação feminina, sobretudo para o Estado do Pará, que tinha em 2002 68,1% dos jovens ocupados pertencentes ao sexo masculino e 31,9% ao feminino, e em 2014, 64,1% a 35,9%, respectivamente. Para o Brasil, os jovens do sexo masculinos inseridos em ocupações formais, em 2002, eram 62% e as mulheres, 38%, e em 2014, correspondiam a 57,1% e 42,9%, respectivamente.

Os dados expressam a constante desigualdade de gênero, um dos eixos estruturantes da matriz de desigualdade social tanto a nível nacional quanto regional quando trata-se do mercado de trabalho, no qual as diversas formas de discriminação estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. Estas são responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso a um trabalho decente (ABRAMO, 2006).

Tabela 1: Distribuição dos jovens empregados (10 a 29 anos de idade) por sexo - Brasil e Pará (Em %) – 2014, 2010 e 2006

Sexo	2014		2010		2006		2002	
	Brasil	Pará	Brasil	Pará	Brasil	Pará	Brasil	Pará
Masculino	57,1	64,1	59	64,9	60,6	66,4	62	68,1
Feminino	42,9	35,9	41	35,1	39,4	33,6	38	31,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

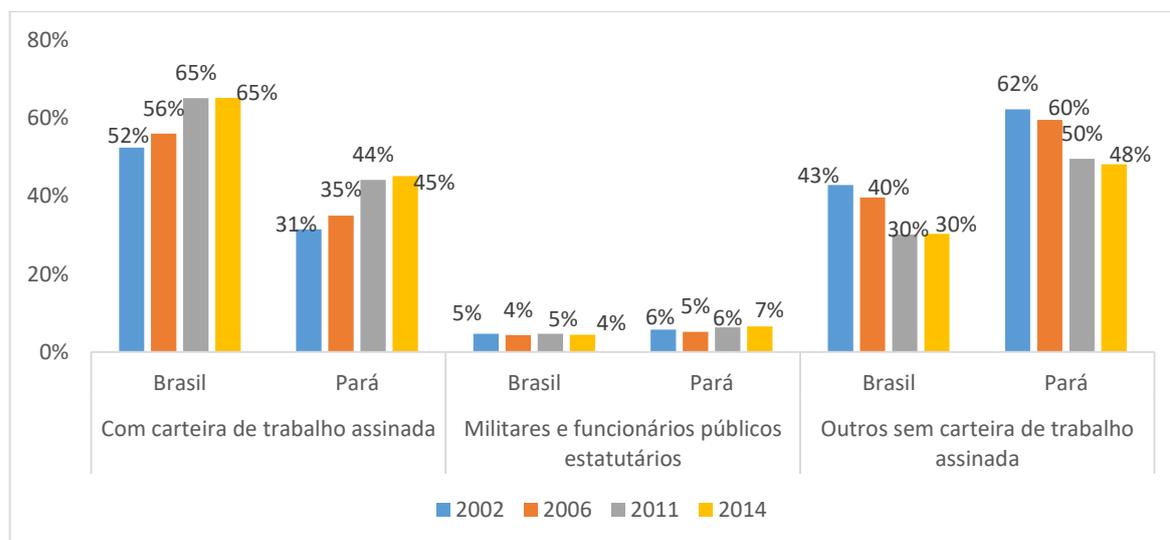
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTPS.

O Gráfico 3, aponta a distribuição dos jovens empregados por categoria do emprego para os anos 2002, 2004, 2006, 2011 e 2014. Conforme o gráfico, há uma tendência crescente no número de jovens empregados com carteira de trabalho assinada, tanto a nível de Brasil, quanto Pará. Em relação a condição de militar ou funcionário público, o percentual de jovens é pouco representativo e praticamente não se alterou no período observado para ambos.

Em termos percentuais, houve uma elevação de jovens com carteira assinada: no Brasil correspondiam a 52% em 2002 e atingem 65% em 2014; no Pará, correspondiam a 31% e alcançam 45%, no mesmo período, respectivamente. Destaca-se ainda que o percentual de jovens empregados sem carteira assinada no estado é consideravelmente superior ao observado para o Brasil. Em 2002, apresentava 62%, passando para representação de 48% no ano de 2014. Já o Brasil apresentava 43% dos jovens nessa condição, declinando para 30% em 2014. Portanto, apesar da tendência declinante para ambos, a informalidade do emprego do jovem paraense é consideravelmente superior a média do país.

Tais dados apontam uma perspectiva positiva, pois expressam a tendência à formalização tanto a nível regional quanto nacional. De certo, a inserção dos jovens em empregos formais possibilita uma seguridade maior, uma vez que estão, de fato, contribuindo para a Previdência Social e tem, então, certo amparo em momentos delicados de doença, impossibilidade de trabalho e desligamentos. Diante disso, tem-se que a formalização contribui para melhores relações de trabalho, colocando direitos ao empregado que devem ser respeitados por seu empregador, resguardando o mesmo de condições inadequadas, fruto ao longo do tempo de diversas lutas sociais, e possibilitando um trabalho mais decente.

Gráfico 3: Distribuição dos jovens empregados (10 a 29 anos de idade) por categoria do emprego - Brasil e Pará (Em %) – 2002,2006, 2011* e 2014

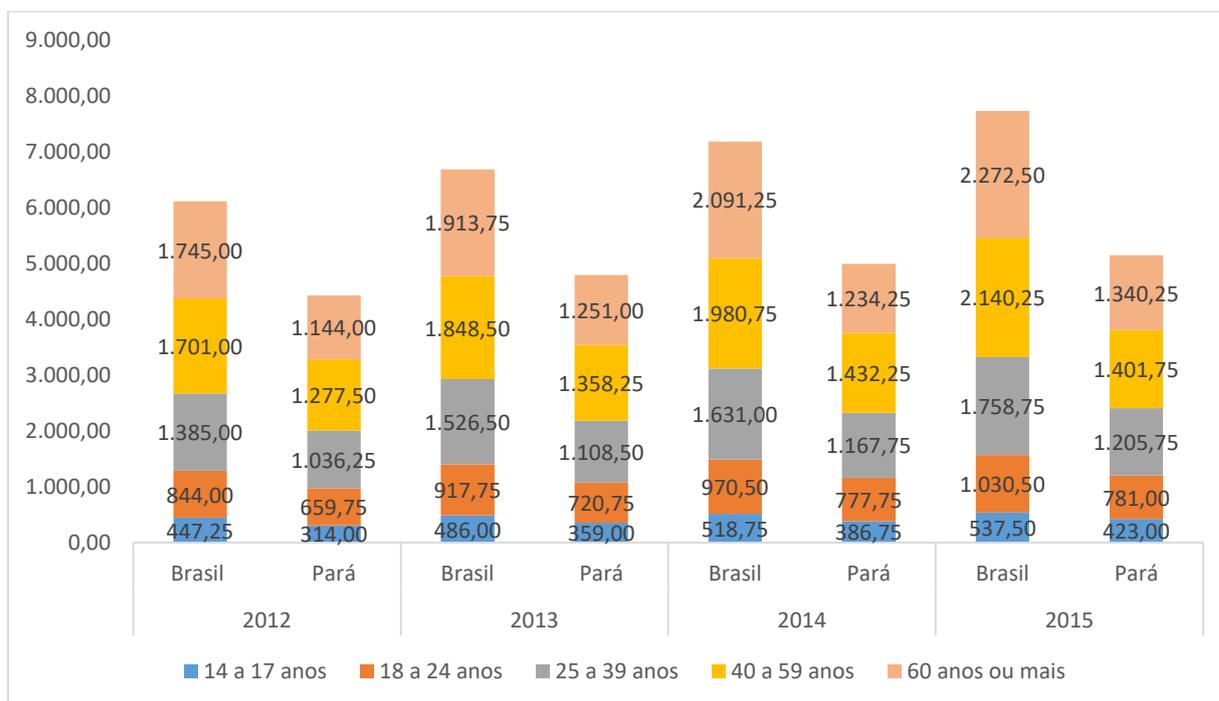


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/SIDRA – IBGE.

*Utilizou-se 2011, porque em 2010 a PNAD não foi realizada, dado que foi ano de realização do Censo Demográfico.

No que diz respeito ao rendimento médio dos trabalhadores ocupados por faixa etária (gráfico 4), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD Contínua, para o período de 2012 a 2015, observa-se que na medida em que se avança nas faixas etárias, tem-se uma elevação do rendimento médio e que este é superior no Brasil em relação ao Pará em todas as faixas apresentadas. Observando especificamente as faixas que inserem os trabalhadores mais jovens, objeto aqui tratado, podem-se destacar os seguintes aspectos: para os que tem de 14 a 17 anos, o rendimento médio em 2012 era de R\$ 447,25 para o Brasil e R\$ 314,00 para o Pará e em 2015 atingem, R\$ 537,50 e R\$423,00, respectivamente. Aos que se enquadram entre 18 e 24 anos, o rendimento era de R\$ 844,00 no Brasil e R\$ 659,75 no Pará e atinge R\$1.030,50 e R\$ 781,00 em 2015, respectivamente. Os dados confirmam que os jovens continuam recebendo rendimentos bem inferiores ao recebido por aqueles que detêm maior idade, corroborando também com as proposições de Marx acerca da inserção de mulheres e jovens como forma de ampliação do processo de acumulação de capital.

Gráfico 4: Rendimento médio nominal dos trabalhadores ocupados por faixa etária para o Brasil e para o Estado do Pará – 2012 a 2015 (Em R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos da PNAD – Contínua (SIDRA/IBGE).

Acerca da distribuição dos jovens empregados de 10 a 29 anos por setor, percebe-se no setor da Indústria Extrativa Mineral, em decorrência de sua vocação à tal atividade, maior significância na empregabilidade no Pará do que no Brasil nos três anos analisados. Em relação à Indústria de Transformação, constata-se o contrário, tendo o Brasil maior parte de seus jovens empregados neste setor do que o Pará. Este último apresentou, ainda, tendência declinante no percentual de empregos no setor, passando de 16,2 % em 2006 à 9,9% em 2014.

Os setores do Comércio e de Serviços apresentaram dinâmicas semelhantes de crescimento em ambas as regiões analisadas entre 2006 e 2014. Entretanto, ao passo que o Comércio expõe percentuais muito semelhantes, o setor de Serviços revela certa disparidade entre as regiões, tendo o Brasil maior percentual de jovens empregados neste segmento. Diferentemente destes, a Administração Pública registrou tendência declinante para ambas as regiões nos anos analisados, revelando ainda uma grande diferença na participação dos jovens neste setor no Brasil e no Pará, tendo, por exemplo, em 2014, uma representação de 16% para este último e 7,9% para o Brasil, ou seja, aproximadamente o dobro.

Tabela 2: Distribuição dos jovens empregados (10 a 29 anos de idade) por setor (IBGE) – Brasil e Pará (em %) – 2006, 2010 e 2014

SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA	2014		2010		2006	
	Brasil	Pará	Brasil	Pará	Brasil	Pará
Extrativa mineral	0,4%	1,9%	0,4%	1,9%	0,4%	1,4%
Indústria de transformação	18,7%	9,9%	21,2%	12,1%	22,7%	16,2%
Serviços industriais de utilidade pública	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,7%
Construção Civil	5,9%	11,8%	5,6%	7,3%	3,6%	5,0%
Comércio	28,6%	30,7%	27,5%	29,3%	26,7%	28,4%
Serviços	35,3%	23,9%	33,3%	22,7%	32,6%	21,7%
Administração Pública	7,9%	16,0%	8,6%	21,6%	9,7%	20,9%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2,6%	5,3%	2,8%	4,5%	3,8%	5,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTPS

Outro setor relevante a ser pontuado é o da Construção Civil, o qual apresentou dinâmica de expansão no percentual de jovens empregados tanto no estado quanto no país entre 2006 e 2014. No Pará este crescimento mostrou-se bem mais acentuado que no Brasil, uma vez que em 2006 apresentava 5% de seus jovens empregados no setor e em 2014, 11,8%, enquanto no Brasil a passagem foi de 3,6% para 5,9%. Tal dinâmica pode ser explicada por investimentos em programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, o qual acaba por alavancar a indústria da Construção Civil e, conseqüentemente, a geração de empregos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das melhorias constatadas no mercado de trabalho brasileiro no período mais recente, alguns aspectos ainda se constituem em objetos a serem debatidos e pensados em termos de políticas econômicas e um desses aspectos consiste na condição dos jovens, sendo esta uma temática atual e de preocupação em nível mundial e que, portanto, merece ter ampliado seu debate no cenário brasileiro e em realidades específicas, como o caso do estado do Pará.

Neste sentido, verifica-se que apesar dos níveis de ocupação em geral terem aumentado no país, a taxa de ocupação dos jovens tanto em nível de Brasil, quanto para o estado do Pará apresentaram-se declinantes a partir de 2000, denotando uma situação de adversidade e de crescente necessidade de maior atenção por parte das políticas públicas para esses indivíduos.

Outro aspecto que se destaca refere-se a questão da escolaridade, onde se verifica para ambas as regiões analisadas um predomínio de jovens com ensino médio completo e fundamental e quando se avança para faixas superiores de escolaridade, constata-se menor representatividade de jovens ocupados do Pará em relação à média do país, os quais apresentam menor representatividade em termos de ocupação nos menores níveis de qualificação, podendo esse elemento indicar piores condições de trabalho e que se refletem na questão dos rendimentos que embora sejam inferiores àqueles recebidos nas faixas etárias acima de 29 anos em termos gerais, apresentam-se ainda menores para jovens paraenses em relação aos jovens do Brasil como um todo.

No que concerne a questões de gênero, constata-se que, apesar de se observar uma elevação em termos de inserção de mulheres em relação aos homens, estes últimos apresentam maior participação e para o estado do Pará a discrepância é ainda mais elevada, denotando a necessidade de intensificação de políticas de emprego para mulheres e combate a preconceito de gênero.

Com relação a formalização do emprego, observou-se que o número de ocupados jovens em ambas as regiões com carteira assinada cresceu, sobretudo no Brasil. E no que se refere aos setores onde os jovens estão inseridos tem-se uma preponderância nas atividades de serviços e comércio para o Brasil e para o Pará, indústria de transformação com maior participação de jovens em nível de Brasil e construção civil e extração mineral com maior percentual de representação no estado do Pará, podendo este último aspecto estar relacionado ao desempenho desses setores de maneira mais acentuada.

Assim, a partir dos elementos expostos pode-se concluir que as melhorias que ocorreram no mercado de trabalho do país não geraram resultados esperados no que se refere a inserção dos jovens, sobretudo os que estão inseridos em uma realidade cuja atividade econômica apresenta historicamente um menor dinamismo em comparação a outras realidades do país, assim sendo, persistem desafios para essa parcela da população, que ainda é fortemente afetada por uma condição de maior vulnerabilidade nas flutuações do emprego mediante oscilações econômicas, empregos com menor remuneração e de baixa qualidade, precariedade e discriminação, chamando a atenção para ampliação dos debates nessa temática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis, 2009.
- ABRAM, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Cienc. Cult. 2006, vol.58, n.4, pp. 40-41.
- BRAGA, R. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CAMARGO, Fernanda Sartori. **Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira**. Piracicaba: USP/ESALQ, 2006.
- CORBANESE V. & ROSAS G. Direitos no trabalho para os jovens: Guia do Facilitador. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/NKusUH>, último acesso: 10/12/2017.
- CORSEUIL, Carlos Henrique e BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- DAL ROSSO, Sadi. O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIEESE. Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos: mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo: DIEESE, 2008.
- FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. In: GUIMARÃES, N. A. (Org.). Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da USP, 2009.
- POCHMANN, Márcio. A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.
- POCHMANN, M. & MORAES, Reginaldo. Capitalismo, Classe trabalhadora e Luta política no início do século XXI: experiência no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França. São Paulo: FPA, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/2wmqVG>. Último acesso: 10/12/2017.
- HARVEY, David. **A Acumulação capitalista**. In: Para entender O Capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política [1867]**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATOSO, Jorge. A Desordem do Trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.
- OLIVEIRA, C. E. B. de e MATTOSO, J. E. L. Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.
- SILVA, E. R. A. et al. **A Informalidade do Trabalho da Juventude no Brasil**: o que pensam os/as integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para juventude. Brasília: OIT, 2015. 56 p.
- VENTURI, G., TORINI, D. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil**. Genebra: OIT, 2014. 72 p.
- TRINDADE, J. R. B. A metamorfose do trabalho na Amazônia. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 2001.

Recebido para avaliação em 20/08/2016.

Aceito para publicação em 20/07/2017.